



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640230 - SP (2021/0013992-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIOGO CESAR PERINO - SP274029
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGIS SOARES DE CARVALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGIS SOARES DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2269369-68.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/06 e c/c o art. 29 do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que a prisão preventiva careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos necessários para a sua decretação, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que o paciente é primário, portador de bons antecedentes, possui endereço fixo e ocupação lícita, circunstâncias que o autorizariam a responder solto a presente ação penal.

Afirma que na hipótese seria possível a substituição da medida extrema por providências cautelares alternativas, preferencialmente aquela consistente no comparecimento periódico em juízo.

Destaca que, diante da pandemia de coronavírus, "*a conhecida e demonstrada precariedade das instalações prisionais e sua inadequação às necessidades de higiene e salubridade para impedir a contaminação e disseminação da doença demonstram a desproporcionalidade da prisão, e fazem com que o cárcere ultrapasse os limites constitucionais da intervenção do poder sobre o indivíduo*" (e-STJ fl. 42).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por recolhimento domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 640.143/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR.
EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA
MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR.
REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME.

AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência